

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Do Sr. THIAGO FLORES)

Altera a Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013, para autorizar o registro de restrição de ilícito, pelo delegado de polícia, referente a veículo automotor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º-A No uso de seu poder administrativo cautelar o delegado de polícia pode determinar, durante a investigação criminal, o registro, no Registro Nacional de Veículos Automotores Renavam), de restrição de ilícito tendo por objeto, instrumento ou produto o veículo automotor.

§ 1º A inserção da restrição de ilícito deve ser feita pela autoridade competente para o registro do veículo automotor no prazo de vinte e quatro horas de recebimento de comunicação oficial do delegado de polícia acompanhada de cópia do boletim de ocorrência e demais documentos que justifiquem a medida.

§ 2º Na hipótese do caput, o juiz deve ser comunicado no prazo de vinte e quatro horas e decidir, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida cautelar administrativa aplicada.

§ 3º Qualquer autoridade judicial ou policial ou de órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, pode levantar o registro de restrição de ilícito se comprovado equívoco quanto à medida administrativa adotada, inocência do proprietário ou inexistência de infração penal.



§ 4º Para fins do disposto neste artigo a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) deve criar protocolo único para inserção, alteração e levantamento dos registros de restrição de ilícito.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 12.830, de 20 de junho de 2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, é um marco com enorme relevância para a luta contra a criminalidade e a proteção da sociedade, estabelecendo, ainda que de forma singela, alguns limites e instrumentos que o delegado de polícia tem a seu favor para efetivar a proteção dos direitos fundamentais do cidadão vítima de crime.

De outro norte, ainda serve de baliza para atuação do delegado de polícia limitando a atuação do Estado enquanto titular da persecução criminal na esfera do suspeito da prática de crime.

A fim de se evitar leis esparsas é que se vem propor a alteração da Lei nº 12.830, de 2013, instituindo um novo instrumento jurídico à disposição do delegado de polícia no combate às infrações penais envolvendo veículo automotor.

Atualmente apenas as hipóteses de furto e roubo permitem o registro de restrição nas bases de dados dos Departamentos de Trânsito (Detran) dos Estados e do Distrito Federal.

Essa proposta de alteração legislativa visa a combater uma infinidade de ilícitos cometidos mediante o uso de veículo automotor, como como objeto, instrumento ou produto da infração.

Com o avanço tecnológico inúmeros criminosos passaram a evoluir em seus golpes utilizando veículos automotores, acessíveis à maioria dos delinquentes, seja como meio de transporte de carga ilícita ou de pessoas sequestradas (instrumento), seja simulando contratações de seguros



(objeto), seja simulando leilões ou ‘fabricando’ os chamados ‘cabritos’, veículos com documentação ou marcação adulterada (produto). Ocorre que o combate a estes golpes é ainda precário, o que faz com que seja cada vez mais fácil aplicá-los e cada vez mais difícil a investigação e punição dos criminosos.

Diante deste cenário se busca, com a criação deste instrumento, dar maior capacidade de combate do Estado em face desses criminosos e, noutro sentido, buscar recuperar um pouco o prejuízo que as vítimas sofrem.

Pois bem, o que se pretende com esta alteração legislativa é dar poderes administrativos ao delegado de polícia para que este, quando acionado pela vítima, possa, diante do registro da ocorrência policial e das evidências apresentadas, lançar uma restrição administrativa de ilícito envolvendo determinado veículo automotor.

Assim, diante do registro da ocorrência policial, o delegado de polícia poderia entrar em uma plataforma digital (criada e mantida pela Senatran) e nela determinar inserir o registro de restrição de ilícito do veículo utilizado como instrumento, objeto ou produto de infração penal.

A restrição do Ilícito consistirá, portanto, no bloqueio administrativo do bem, impedindo sua venda, transferência ou qualquer forma de disposição enquanto perdurar a investigação ou o processo judicial relacionado ao ilícito.

A inclusão da restrição do Ilícito será feita através de ofício do delegado de polícia à autoridade competente para o registro do bem, acompanhada de cópia do boletim de ocorrência e demais documentos que justifiquem a medida.

A autoridade competente para o registro do bem terá o prazo de vinte e quatro horas, contados do recebimento do ofício do delegado de polícia, para efetuar a inclusão ou o levantamento da restrição do Ilícito.

Espera-se que com este instrumento à disposição da autoridade policial, possa o Estado proteger a vítima, até recuperando valores, e de como medida de prevenção geral, possa o Estado estar evitando que outras vítimas no Brasil sofram prejuízo.



Pode-se levantar a questão acerca dos interesses e da privacidade do proprietário do veículo. Seria justo com ele? Pois bem, temos que se o veículo foi utilizado no crime, o próprio delegado de polícia ou o Detran, procurado pelo proprietário que comprove inocência, possa fazer o levantamento da restrição.

Outras possibilidades são o eventual equívoco quanto à medida administrativa adotada ou a comprovação da inexistência da infração penal alegada.

Diante do exposto solicito apoio dos ilustres pares para a aprovação deste projeto de lei, em benefício da ordem pública e de toda a sociedade honesta.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado THIAGO FLORES

2024-7753-260

